

# A energia eléctrica em Portugal: Um sector chave do desenvolvimento económico e do bem-estar social

MANUEL MARTINS

Licenciado em Economia (ISCEF)  
Órgão Central de Planeamento da EDP

1. O reconhecimento de que o sector da energia eléctrica tem um papel essencial no desenvolvimento da economia portuguesa não constitui uma afirmação de particularidade em relação aos países industrializados ou em vias de desenvolvimento. Pretende-se, no entanto, significar que ao longo das últimas décadas o sistema produtor tem respondido eficazmente às solicitações de consumo, mesmo em anos de grande seca, apesar de incluir uma componente hidroeléctrica que representa ainda mais de 50% da produção total em regime hidrológico médio.

Procurar-se-á, pois, avaliar a importância do sector da electricidade na economia global do País segundo duas perspectivas diferentes: por um lado, tendo em conta a sua capacidade de resposta para satisfazer a procura imposta pelo crescimento económico e, por outro lado, identificando efeitos decorrentes dos volumosos investimentos do sector na indústria nacional.

2. Os consumos de electricidade representam actualmente cerca de 14% do consumo de energia em Portugal e cresceram à taxa média anual de 7,9% desde o início da década de 70, ou 7,3% se tomarmos como ponto de partida o ano de 1973, que representa, como se sabe, um marco nas novas formas de

conceber e tratar as questões energéticas. Com as perturbações no mercado petrolífero a nível internacional, que resultaram essencialmente na alteração drástica dos preços e geraram dúvidas sobre a continuidade da segurança de abastecimento, assistiu-se em todo o mundo a um processo de reestruturação económica que visou, entre outros objectivos, a criação de condições que determinassem a racionalidade dos consumos de energia e conseqüente redução das quantidades incorporadas em cada unidade de produto. Em suma, verificou-se uma convergência generalizada de medidas tendentes à conservação de energia e, de facto, sobretudo ao nível dos países industrializados, os resultados foram e continuam sendo significativos, quer considerando o consumo de energia global, quer considerando, em particular, os consumos de electricidade.

Os números dos Quadros I e II mostram que, no período posterior a 1973, a desaceleração do ritmo de crescimento é acentuada e se bem que, em parte, seja devida ao também forte abrandamento da actividade económica, não restam dúvidas que isso reflecte os esforços de poupança, como é comprovável pela diminuição das elasticidades do consumo de energia em relação ao Produto Interno Bruto.

QUADRO I  
Taxa média anual de evolução do consumo energético

Espaço	1970/73	1973/79
No Mundo	+ 4,5 %	+ 2,7 %
Na OCDE	+ 3,6 %	+ 1,1 %
Na CEE	+ 3,9 %	+ 0,6 %
Nos países em desenvolvimento	+ 8,5 %	+ 5,9 %
Em Portugal	+ 7,5 %	+ 4,8 %

QUADRO II  
Taxa média anual de evolução do consumo de electricidade

Espaço	1970/73	1973/82
No Mundo	+ 6,9 %	+ 4,2 % (*)
Na CEE	+ 6,5 %	+ 2,2 %
Em Portugal	+ 10,0 %	+ 7,3 %

(\*) Média do período 1973/79.

QUADRO III  
Capitações energéticas em países europeus e na CEE

Capitações	Portugal	Espanha	Grécia	CEE
Consumo de energia «per capita»	100	160	140	430
Consumo de electricidade «per capita»	100	185	165	330
PIB «per capita»	100	220	185	420

Índice base 100: a situação portuguesa.

A questão que os quadros anteriores podem suscitar tem a ver com as ainda elevadas taxas de consumo verificadas em Portugal, relativamente aos países industrializados da Europa, embora se enquadrem na mesma tendência de desaceleração a partir de 1973.

Que razões poderão explicar este comportamento diferenciado? Em primeiro lugar convirá notar que já antes de 1973 Portugal apresentava taxas de crescimento mais altas do que os países da CEE e não seria realista esperar que o esforço de racionalização e poupança fosse mais intenso no nosso País. Por outro lado, se é verdade que se verifica em geral uma inércia muito acentuada na aplicação de medidas de readaptação dos sistemas económicos e na reestruturação do próprio sector energético, essa inércia terá sido particularmente evidente no caso português, quer pela especifi-

cidade do «tecido» industrial quer pela concentração das instituições na dinâmica sócio-política iniciada em Abril de 1974.

Crê-se, todavia, que as razões fundamentais de um crescimento de consumo mais vigoroso devem encontrar-se no estágio de desenvolvimento da economia portuguesa.

Com efeito, o Quadro III mostra que as capitações de energia e do Produto são, em Portugal, cerca de um quarto dos valores médios da Comunidade Europeia e pouco mais de metade da Espanha e da Grécia. Ora, a história das economias que atravessaram já a fase de desenvolvimento em que se encontra actualmente o nosso País mostram que, nessa fase, os consumos de energia crescem, em geral, a ritmo mais intenso; mas o que importa de facto assinalar é que, com esta situação de atraso em relação às economias europeias, Portugal não pode abdicar de objectivos de crescimento mais ambiciosos do que os que no presente são estabelecidos nessas economias, sob pena de se agravarem as assimetrias actuais. Para prosseguir esse objectivo, é evidente que ainda por largos períodos de tempo o País vai necessitar de quantidades de energia a ritmo crescente o que, naturalmente, tem obrigado a reflectir sobre o dimensionamento e a estrutura do sector energético numa perspectiva de longo prazo. Estes problemas acabam justamente de ser analisados no âmbito do Plano Energético Nacional, apresentado à opinião pública portuguesa ainda no final de 1982.

3. Neste contexto, o sector da electricidade tem-se dimensionado com oportunidade e de forma a não criar restrições ao desenvolvimento. Visando uma maior eficácia, iniciou-se em 1976 uma profunda reorganização do sector, cujo aspecto mais relevante consistiu na concentração do serviço público de produção, transporte e distribuição de electricidade das principais unidades empresariais então existentes numa única empresa pública de dimensão nacional: a Electricidade de Portugal. São desta empresa pública os indicadores que daqui por diante se apresentam, mas que caracterizam bem o sector da energia eléctrica em Portugal visto corresponderem no presente a mais de 95% da produção e a cerca de 81% e 61%, respectivamente, da distribuição directa em AT e BT. A parte restante do «universo» é coberta por autoprodutores e entidades municipais que distribuem nos seus próprios concelhos.

De 1976 a 1982, o acréscimo médio da potência instalada no sistema produtor foi de 6,4% e desenvolveu-se de maneira harmónica, quer a rede de transportes, quer a rede de distribuição, cujas instalações,

no caso específico do comprimento de linhas de alta e média tensão, aumentaram de 36% e 55%, ou seja, cerca de 5,2% e 7,5% em termos de aumento médio anual, respectivamente.

Com a criação da Electricidade de Portugal elegu-se como objectivo de grande prioridade a extensão do serviço público de distribuição de electricidade a populações ainda não servidas.

Os valores do Quadro IV mostram, no entanto, que a actividade industrial absorve quase 70% do consumo total, pelo que a segurança da continuidade dos fornecimentos tem sido também uma preocupação permanente.

Na sequência de um crescimento médio anual de 7,3% desde 1973, o actual nível de consumos é satisfeito com uma capacidade instalada de 4603 MW (Quadro V).

QUADRO IV  
Repartição dos consumos de electricidade em 1981

Consumos residenciais	26 %
Consumos industriais	68 %
Outros consumos	6 %
<b>TOTAL . . . .</b>	<b>100 %</b>

QUADRO V  
Capacidade do sistema produtor em 1982

Produção para consumos	17 026 GWh
Potência instalada:	
Centrais hidráulicas	2 554 MW
Centrais térmicas	2 049 MW
<b>TOTAL . . . .</b>	<b>4 603 MW</b>

QUADRO VI  
Investimento anual no sector da energia eléctrica (\*)

Tipos de investimentos	1977	1978	1979	1980	1981	Evolução média anual (%)
Empreendimentos hidroeléctricos	84,8	91,5	100,8	129,7	182,8	21,2 %
Centrais térmicas	80,4	100,3	105,7	168,5	184,1	23,0 %
Rede de transporte	32,7	52,8	55,6	65,8	68,6	20,3 %
Rede de distribuição	40,6	47,8	78,7	120,2	135,7	35,2 %
Outros investimentos	5,9	10,1	17,7	46,3	30,9	51,3 %
<b>TOTAL (10<sup>6</sup> USD)</b>	<b>244,4</b>	<b>302,5</b>	<b>358,5</b>	<b>530,5</b>	<b>602,1</b>	<b>25,3 %</b>
<b>TOTAL (10<sup>6</sup> contos)</b>	<b>9,4</b>	<b>13,3</b>	<b>17,6</b>	<b>26,8</b>	<b>37,3</b>	<b>41,1 %</b>

(\*) Investimento total, incluindo encargos financeiros intercalares, a preços e câmbios correntes.

Representando a componente hidroeléctrica mais de 50% da capacidade, o sistema é fortemente sensível às variações hidrológicas do País, com amplitudes acentuadas, e que têm obrigado a dimensionar o equipamento térmico com as margens de segurança impostas pelos regimes mais críticos. Em qualquer caso, o sistema de interligação com a Europa através de linhas de muito alta tensão tem funcionado como reforço daquela segurança e está apto a acorrer a situações de seca mais rigorosas e prolongadas, como as que se verificaram no triénio 1980-1982, ou em casos de indisponibilidade das centrais.

Entretanto, a proporção de consumos industriais é significativa do impacto que certamente teria na economia do País a ocorrência de cortes ou restrições e, conseqüentemente, da importância do sector da electricidade na indústria portuguesa.

4. O nível atingido pela qualidade de serviço tem sido conseguido à custa de vultosos investimentos, realizados numa conjuntura favorável, sobretudo nos últimos anos. Entre 1977 e 1981, o aumento médio do investimento anual foi de 25,3 %, a preços e câmbios correntes, ou seja o equivalente a cerca de 19,6 % a escudos constantes (Quadro VI).

A médio prazo, o crescimento da capacidade será consistente com os cenários de crescimento mais prováveis do Plano Energético Nacional para os quais se prevê até 1990 um aumento anual médio dos consumos de electricidade de 5,7%.

Nestas condições, no período 1983-1988 estão programados os investimentos constantes no Quadro VII.

A este programa corresponde um acréscimo de potência no sistema produtor de 2315 MW até 1988, ou seja, mais de 50% da capacidade instalada e em serviço no final de 1982.

Trata-se, como se pode verificar, de um intenso esforço de investimento que vai certamente determinar a canalização de avultados meios financeiros para

QUADRO VII  
Investimento no sector eléctrico no período 1983-1988 (\*)  
preços e taxa de câmbio de 1982

Tipos de investimentos	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Empreendimentos hidroeléctricos	107	124	133	137	132	108
Centrais térmicas	194	186	183	168	170	159
Rede de transporte	47	48	41	38	41	40
Rede de distribuição	135	146	154	166	172	179
Outros investimentos	21	20	19	16	13	12
<b>TOTAL (10<sup>6</sup> USD)</b>	<b>504</b>	<b>524</b>	<b>530</b>	<b>525</b>	<b>528</b>	<b>458</b>
<b>TOTAL (10<sup>6</sup> contos)</b>	<b>39,3</b>	<b>40,1</b>	<b>40,2</b>	<b>39,0</b>	<b>38,9</b>	<b>35,7</b>

(\*) Excluindo encargos financeiros intercalares.

o sector. Aliás, o sector da electricidade é acentuadamente capital intensivo e em Portugal tem representado uma parcela significativa da Formação Bruta de Capital Fixo: cerca de 12% em 1981. Assim sendo, exerce uma acção fortemente dinamizadora nas indústrias nacionais a montante, quer pelo volume de fornecimentos que envolve, quer pelas virtualidades associadas ao seu escalonamento programado no médio prazo. Os industriais dispõem de informação sobre as oportunidades que se lhes colocam com grande

antecipação, e podem dimensionar-se adequadamente em instalações e tecnologia. Mais do que isso, têm-se concretizado mesmo alguns contratos de fornecimentos programados que são já uma fórmula, que se tem revelado interessante, de aproveitamento daquelas possibilidades.

A importância do sector eléctrico para a indústria nacional, neste domínio, é pois bem patente e revela-se nas suas características de mercado relativamente seguro e em expansão permanente.